Inocêncio abre conflito com o Senado Federal

JORNAL DE BRASILIA 05 FEV 1993

ANDREI MEIRELES

Pela primeira vez na história republicana, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal entram em conflito aberto pelo comando do Poder Legislativo. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, em sua primeira entrevista coletiva, declarou, ontem, guerra ao Senado, defendendo o fim do Congresso Nacional, criticando os gastos dos senadores com informatização e garantindo que os deputados não abrem mão da Presidência da revisão constitucional. As declarações de Inocêncio — surpreendentes e inesperadas — explodiram como uma bomba no Senado. O presidente do Senado, Humberto Lucena, após confirmá-las por telefone com o próprio Inocêncio, as classificou de equivocadas e reafirmou a decisão dos senadores de comandar a revisão constitucional.

A disputa entre a Câmara e o Senado estava prevista para depois do plebiscito sobre sistema de governo em abril. Ao antecipá-la, Inocêncio está expressando a disposição da maioria conservadora e liberal da Câmara de fazer uma ampla revisão constitucional mudando radicalmente a concepção do Estado no Brasil. O Senado, tradicionalmente a casa mais conservadora do Parlamento, é visto hoje por muitos deputados como mais receptivo a idéias estatizantes e nacionalistas. O deputado José Lourenço, do PDS da Bahia, reforçou a posição de Inocêncio, afirmando que a Câmara não abre mão do comando da revisão constitucional que "deve ser ampla, geral e irrestrita". O senador Josaphat Marinho, do PFL da Bahia, discorda, argumentando que a revisão deve ser limitada para não transformar uma "constituição progressista em liberal e reacionária". Marinho, que é jurista, considera que a presidência da revisão é do Senado Federal.

Humberto Lucena diz que a interpretação de toda a Mesa do Senado é de que a Constituição garante aos senadores o comando da revisão constitucional no artigo 3º das suas disposições transitórias. Diz o artigo 3º: "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral".

Inocêncio de Oliveira argumenta que os 503 deputados não vão se submeter aos 81 senadores. "Isto não tem o menor cabimento. Se preciso, ganhamos no voto", endossa José Lourenço. "Para nós, do Senado, não há qualquer dúvida de que a presidência nos cabe", retruca Humberto Lucena, apostando numa solução de "bom senso" que evite recurso ao Supremo Tribunal Federal para dirimir o conflito entre as duas casas legislativas.

Gastos — Em sua entrevista, Inocêncio comparou os gastos da Câmara e do Senado com informatização: "O Senado gastou US$ 14 milhões, enquanto a Câmara apenas US$ 200 mil. O Prodasen tem 200 funcionários e nosso serviço de informatização tem 40 e não vamos ampliar o quadro", disparou Inocêncio.

Humberto Lucena, ao ser informado da entrevista de Inocêncio, telefonou, preocupado, ao ex-presidente Mauro Benevides, que lhe assegurou que gastou apenas US$ 150 mil com a informatização do Senado, estranhando os números divulgados pelo presidente da Câmara.

Inocêncio diz que não abre mão de presidir a revisão em outubro